



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 13/2026

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte seis, às treze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre, sob a coordenação de **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**
Bruna Fernandes da Silva, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**
Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
Dinamara Laux da Silva, **AMOVITEC**
Francyne da Rosa, **CEMME**
João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**
Lucas de Campos Ribeiro, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria**
Maria Alice Goulart Silva da Silva, **Associação Amigos da Restinga**
Natália Laurindo, **AHMI**
Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**
Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários**
Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**
Rose Ceroni Canabarro, **ASAFOM**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação - SMED**
Deise Fabiana Ribeiro Silveira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**
Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**
Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**

Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**

DEMAIS PRESENTES:

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH;**

Sandro Ribeiro, **Taquígrafo – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc

(Topogigio) – Presidente: Vamos começar? Boa tarde. Ontem nós tivemos uma reunião com

o GT da conferência. Na semana passada nós tivemos uma formação para os facilitadores das

pré-conferências. Foi muito bom, agradeço desde já os conselheiros que estavam lá e o pessoal

do GT também. Acredito que a gente estava avaliando, acredito que a gente poderia ter tido um

melhor êxito ainda se os facilitadores realmente tivessem... Não é isso, o público, na verdade,

que estava lá não eram os facilitadores das conferências, não eram os coordenadores das regiões.

Era o público geral da rede, e aí isso deu uma diferença, na verdade, até da nossa metodologia

do que a gente tinha organizado. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** E a

maioria não tinha participado daquela primeira formação da PUC. Aí por isso que deu confusão.

Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários: Eles não tinham, alguns não tinham conhecimento.

Francyne da Rosa, CEMME: Eu estava lá na reunião da Central das Redes e foi falado que

quem vai na Central das Redes teoricamente são da comissão das redes de cada região. E aí ali

teria que ter sido passada a informação para as regiões de que tinha que ser pessoas que estavam

na comissão da conferência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**

do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: É o que a gente achou que seria. Mas

realmente, teve muitas pessoas, acho que teve mais de 100 pessoas e acabou realmente não

sendo o nosso público-alvo. E aí dificultou um pouquinho porque muitos queriam até saber por

exemplo onde ia ser a pré-conferência. Nós estávamos querendo saber onde vai ser a pré-

conferência e não nós levamos onde vai ser a pré-conferência do território, era o contrário. E

aí só para a gente poder pensar assim. Acho que podia ter sido ainda melhor, mas acabou se

perdendo em alguns momentos essa questão maior assim. Foi muito legal a participação dos adolescentes, eu acho que tinha quase 50 adolescentes. Foi muito legal mesmo, eles se colocando, eles reformulando, eles trazendo as questões das regiões, acho que foi bem legal isso. Já deu para nós várias ideias também para a conferência de forma geral, mas ainda tem um caminho bem longo, agora em maio e junho para as nossas pré-conferências. E aí eu já queria compartilhar com vocês as regiões que já têm definidas as pré-conferências, faltam 3 regiões. Se eu não me engano, era a 1, a 5 e a 7. A 1, a 5 e a 7 não têm data ainda. E aí a gente precisa o quanto antes na verdade dessas datas para que a gente possa também se organizar para representar. E aí então, por exemplo, agora na próxima terça-feira, dia 26, começa a primeira pré-conferência que já é da Norte, Noroeste e a Eixo-Baltazar. Então, eu já me coloco aí. E aí então nós vamos até o dia 30 de junho com as pré-conferências. O que eu preciso em relação da pré-conferência, gente? Preciso que a gente possa se organizar para estarmos nas pré-conferências. A gente precisa ter membros do conselho e precisamos estar também em pelo menos, pelo menos, na pré da nossa região. Pelo menos. Isso é o básico do básico. Então assim, da nossa região a gente tem que estar. Então, aqui nós temos quem? [Falas concomitantes]. Espera aí que eu vou anotar. Então, já temos meio mundo. Eu posso cantar as datas que já temos, depois eu pego e coloco lá no grupo para vocês. A micro 1 não tem ainda. A micro 2 é dia 26 de maio agora, à 1 hora da tarde, na Avenida Francisco Silveira Bitencourt, 1135. A Leste, a micro 3, dia 30 de junho no Sesc, à tarde também. Partenon, micro 4, dia 16 de junho, se eu não me engano é no IAPI. Micro 5, no Instituto São Benedito, só não tem a data ainda. A micro 6 é no dia 10 de junho, à tarde. Micro 7 não tem nada ainda. Micro 8, que é o Centro, é no dia 30 de junho, aí lá no Pão. Eu não sei se é o dia inteiro ou não, se não tem essa informação. A Lomba é no dia 16 de junho, à tarde, na sala de reunião... no CPCA. E a micro 10, dia 30 de junho também, eu não tenho o local. Então, gente, nós podemos nos organizar desta forma. Outra questão também, as regiões têm o prazo de 15 dias depois que fizerem as pré-conferências para poderem mandar o material da pré. E depois disso a gente vai organizar como comissão pra gente sistematizar. Provavelmente, a gente vai precisar de ajuda dos conselheiros para sistematizar isso, porque provavelmente vai ser mais de 300 demandas. Então, vai ser material para a gente poder analisar tudo isso. Outra questão hoje também nós tivemos uma reunião com a Procuradora Gisele Catarina. Nós fizemos uma retomada na verdade das reuniões que nós tínhamos no ano passado e aí a ideia é toda quarta-feira, a partir do dia 17 agora do mês que vem, nós sentarmos na quarta-feira para trazer algumas questões em que estamos com algumas

dificuldades dentro do conselho. Hoje nós começamos mais muito pincelado, porque o tempo realmente estava bem curto, a gente tinha que decidir por onde começar. Nós começamos com a questão de instituições no parecer sobre o atendimento indireto. Então nós trouxemos várias questões sobre a questão do atendimento indireto, trouxemos tudo o que já foi falado até hoje e de argumentos também. E aí depois a gente vai ter que ver melhor como que a gente vai organizar. A proposta dela é de que a gente faça um projeto de lei para alterar a questão do atendimento indireto na 628, e nós trouxemos todos os argumentos que podia, que não podia, mas pra gente poder tentar trazer, e agora a gente também vai levar alguns argumentos a mais para que na próxima reunião a gente tenha algo mais tranquilo de poder discutir. E também ela propôs que a gente fizesse, na verdade a gente que falou em relação às instituições que estão captando já, ou que estavam captando, ou que estão executando propostas de atendimento com atendimento indireto. Como que ficam essas instituições? Então, a ideia é fazer um processo de período de transição para que essas instituições elas não sejam de forma alguma prejudicadas. E aí a gente poder ver se vai ser feito um decreto, se vai ser feito uma lei, se vai ser só realmente olhado novamente a lei, o que que a gente vai fazer para a gente poder ter este olhar como um todo. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** A questão do Cras, a guria do Cras me mandou agora que a região, a micro 10, ela vai fazer Eixo-Nordeste junto. E optaram para fazer o dia inteiro, dia 30 de junho o dia inteiro, porque pegou as duas regiões. Pegou a Eixo e a Nordeste, vão fazer junto, que elas faziam separado, agora vão fazer junto e vai ser o dia inteiro lá no Cesmar. **Francyne da Rosa, CEMME:** Carol, qual é a legislação que traz esse decreto? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Na verdade, ainda não está, na lei do CMDCA fala que os fundos descrevem as políticas de atendimento da criança e do adolescente e não tem nada que fale em outros tipos de atendimento. **Francyne da Rosa, CEMME:** E no caso, o indireto ele só está na resolução do CMDCA? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sim, ela só está na resolução do CMDCA. Até o que que a doutora pegou e fez uma fala de que por exemplo, se o projeto ele faz o projeto de execução indireta à criança, e aí este projeto de execução indireta à criança não pode, não sei o que, aí eu retomei com ela porque para nós independe se o projeto é de execução indireta ou não. Para nós o que interessa mais é o registro e a inscrição da instituição. Porque ela não vai fazer de atendimento, ela é atendimento direto, ela executa como inscrição um acolhimento institucional, mas ela vai fazer um projeto, uma proposta de educação infantil, sabe? Ela não pode, porque ela tem registro e inscrição para

225 acolhimento. Ou também se ela vai fazer, ela é registrada como atendimento indireto, e aí ela
 226 vai fazer acolhimento institucional, o projeto também não pode. Aí ela disse "mas onde é que
 227 tem isso?", "na Resolução 14, na Resolução 150". "Ah, mas não é uma lei", "sim, não, mas é o
 228 regramento do conselho". **Francyne da Rosa, CEMME:** Esse entendimento é do CMDCA
 229 com relação ao indireto, porque se faz essa leitura de que a OSC não estaria diretamente com a
 230 criança, mas aqueles que a atendem, porque daqui a um pouco é de a gente pensar em rever a
 231 nossa resolução, por que que a gente diz que é indireto? **Priscila Balestrin, Parceiros**
 232 **Voluntários:** Não adianta porque assim: na lei do CMDCA, que é a lei que também
 233 regulamenta o fundo, uma lei municipal que regulamenta tanto o conselho... **Carolina Aguirre**
 234 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 235 **Presidente:** A 628 ali, ela regulamenta o conselho e a criação do fundo. **Priscila Balestrin,**
 236 **Parceiros Voluntários:** E na descrição das políticas da criança e do adolescente não fala em
 237 nenhum momento não ter o atendimento direto, mas por exemplo: pesquisa, capacitação,
 238 formação e outros tipos. Não se fala de todas as políticas. É porque o que é descrito na lei é o
 239 direto. Não tendo essas palavras mas vai ficar descrito na lei. Então, na verdade, o problema
 240 não é nem o termo, é que as ações descritas lá de proteção à criança e ao adolescente não entram
 241 essas outras ações. Então, entende-se que o fundo também não poderia estar financiando esse
 242 tipo de ação diretamente. E outra coisa que ela destacou, não é que também não possam gastos
 243 indiretos, mas não pode somente atendimentos indiretos que não englobam aquelas leis que
 244 estão na lei do município, na lei do CMDCA. Por isso a proposta. **Rose Ceroni Canabarro,**
 245 **ASAFOM:** E tem uma diretriz no CONANDA que reconhece essas instituições como indireto
 246 ou são *advocacy*? E lá quando se criou os regimes dentro do CMDCA, se falava também de nós
 247 fazermos o núcleo de apoio às famílias, que hoje é o SAF, antigamente era o NASF. Então, nós
 248 também, então ali entrou também os indiretos, que não estava direto com as crianças, mas as
 249 crianças vêm de uma composição familiar. Entendeu? Então assim, talvez há 30 anos atrás
 250 estava tudo certo. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas hoje o SAF dentro da Resolução 14 é
 251 direto. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Mas ainda assim, se ele não está dentro
 252 daquelas leis, naquelas políticas que estão descritas na lei do conselho, por isso que a sugestão
 253 da procuradora é a gente ajustar a nossa lei para dizer que será regulamentado pelo decreto, ou
 254 pelo que a gente vai descrever tudo o que vai entrar. Então, ela não diz que não, que é impossível
 255 ou desqualifica nada do tipo. Ela só está querendo que a gente fique embasado legalmente para
 256 isso. Sugeriu o ajuste na lei que fique claro tudo o que pode dentro, obviamente, do que o

conselho for deliberar, que é o regramento que a gente entende que é o ok. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Olha só, direto é a OSC que executa, porque se a OSC tem uma mantenedora, a mantenedora é indireto, tá? E as mantidas são diretas porque estão lá na ponta. É bem o que ela está explicando, porque lá no CMAS não tem essas palavrinhas, porque eles têm só inscrição. Eles não têm registro e inscrição. Então, quando tu te registra, tu diz que tu é indireto porque tu não está direto com a criança. Aí se criou uma resolução falando do SARA, Serviço de Apoio à Rede. O SARA também é direto. E era os indiretos. Então, eu acho que é bem uma questão de complementar e ver o que foi pensado com a palavrinha indireto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que na verdade assim, não dá para a gente simplesmente não ter as instituições de atendimento indireto, porque tipo assim vamos tirar daqui e botar ali, porque elas não têm atendimento comprovado realmente com a criança lá na ponta, e aí seria muito mais complicado de justificar. O que a gente tem que fazer, e aí é interessante, porque hoje a gente colocou ali, no que cabe na lei... Pode falar! **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, assim, a questão do direto e indireto, isso aí tem em todos os CMDCA's. Eu andei pesquisando em várias resoluções, São Paulo tem uma resolução também de registro e tem as modalidades, por exemplo, direto e indireto. E aqui, no artigo 1º eles botam assim ó: "Considera-se atendimento direto aquelas prestadas por organização da sociedade civil por meio de serviço, programa, projeto diretamente com a criança. Considerado atendimento indireto aquele prestado por organizações de sociedade civil por meio de desenvolvimento de assessoramento, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como a realização de estudos, pesquisas para este fim." Esta é a resolução de São Paulo agora de 2022. O CMDCA tem o regimento, também deve estar na lei, tipo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, o regimento, artigo 1º: "É o órgão deliberativo, normativo e controlador das políticas do atendimento à criança e ao adolescente", ou seja, eles têm as normas para registro e inscrição. Então, o problema não está no fundo, é a questão, mas em termo de atendimento e assessoramento, como diz as normas lá, que está em todos os conselhos tem essas duas modalidades, que é o conselho que diz. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas o conselho é quem disse sobre o atendimento direto e indireto. Esse é um entendimento do conselho, e aí por isso que eu perguntei se vai precisar mudar em algum lugar, vai precisar mudar se é viabilize o que já é feito, mas aí onde que se muda? Se é só uma resolução do conselho, e aí na lei, ok. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

289 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E aí a gente conversou na
290 reunião com a procuradora exatamente para a gente poder articular com a secretaria e aí
291 conversar com o secretário cruzando as leis, e aí para a gente poder ver que momento na semana
292 que vem que a gente consegue sentar e já tentar ver algumas questões, porque a minha
293 preocupação é não travar nenhum recurso para as instituições. A minha preocupação com a
294 procuradora é: é muito complicado numa bela terça-feira de manhã, opa, oi, olha o que estava
295 na lei. Nunca vi, faz 30 anos eu não vi isso na lei, agora eu vejo depois de 30 anos. Então, isso
296 é muito complicado. Então, assim, não foi alterada a lei, não foi feito nada, só está sendo olhado
297 uma coisa que fazia muito tempo e nunca foi visto, e aí para a gente poder mudar, a gente tem
298 que fazer um período de adequação, que não tem como simplesmente tocar assim para a frente.
299 Então, ainda teremos alguns desenrolares ali. E aí assim, nós escolhemos fazer essa reunião
300 com a procuradora, num primeiro momento, somente com a executiva, tá? Porque hoje,
301 principalmente, estava bem tumultuado aqui, cheio de reuniões, mas a gente pode organizar
302 para as próximas reuniões a gente estar com todos os conselheiros ou a quem tiver mais interesse
303 também, e aí a gente vai acrescentando. A minha única questão é de que a gente possa estar
304 sempre falando as mesmas coisas, e não chegar um que não compreenda o que a gente está
305 trabalhando já com o conselho, por isso que eu vou fazendo sempre retorno para vocês também.
306 Ah, só para vocês também saberem, hoje é quarta, ontem eu fui numa reunião com o CMAS, e
307 aí nós tínhamos aquela reunião lá do seminário do Pão, lembra que eu fui chamada para uma
308 reunião com os secretários lá no final da tarde? E aí nós tínhamos nos comprometido em
309 trabalhar sobre a reprogramação com o CMAS, com o fórum. E saiu a reprogramação, ontem
310 não, segunda saiu a reprogramação. Foi aprovado entre básica e especial, foi aprovado quase
311 R\$ 7,5 milhões e esse valor dos 23 milhões, que tinha para reprogramar, ainda tem muito
312 dinheiro para ser reprogramado, mas eles estão indo aos poucos. Então, ontem lá no CMAS a
313 gente foi chamado para a gente poder entender como é que é feita a reprogramação, como é que
314 é feita a prestação de contas para o conselho, e principalmente como que os conselhos e o fórum
315 podem se unir, principalmente em alguns itens e algumas questões para a gente poder ver, por
316 exemplo, o per capita dos editais, porque o per capita hoje que tá é insuficiente. A questão das
317 metas na cidade, como é que vai ser redistribuído ou não vai ser, como é que vai ser feito
318 também a questão dessas, desse projeto que volta e meia a prefeitura nos traz em, não vou dizer
319 trocar, a trocar as crianças do serviço de convivência para a educação, então assim, todas essas
320 questões assim, a gente tem que sentar e aí trabalhar entre conselho e fórum para poder a gente

321 ajeitar também de uma forma ali e trabalhar também com a prefeitura. Acho que, acho que no
 322 todo assim a gente avançou bastante. Agora ontem também já falei com a Viviane, estamos só
 323 esperando essa resolução do semas ser publicada para poder iniciar os processos de pagamento
 324 e de processo do dissídio para as instituições. Uma questão que é muito importante para nós e
 325 me pegou bastante, é que no valor da reprogramação tinha um valor estimado de 500.000 para
 326 campanhas ou o que for em relação ao trabalho infantil. E pelo o que eu entendi, estava ali para
 327 ser reprogramado porque não foi usado, e a gente precisa, daí eu já provoquei a Viviane e te
 328 provoco Neiva para a gente poder sentar este mês, se for o caso, para a gente poder ver o recurso,
 329 esse recurso dos 23 é de 25. Então, tem recurso para ser gasto com o trabalho infantil, campanha
 330 e aí vai, dentro de esmas para 2026, cerca de 500.000. Então, assim, a gente precisa ver esse
 331 recurso e precisa ver o que que precisa fazer. Ah, é projeto, é o que, sabe? Para a gente poder
 332 tocar esse dinheiro aí para fora para poder ter campanhas e vai, e aí vai. Está cada vez maior o
 333 número de questões de quantidade de crianças em trabalho infantil. Nós temos várias questões
 334 aí também, e eu acho que a gente tem que ver tudo isso o quanto antes. E aí aproveito também,
 335 que eu estava falando com a Rose, acho que ontem falei com a Neiva hoje também, sobre o
 336 projeto de abordagem social. Que o projeto de abordagem social ele é todo público, todo, a
 337 idade toda, criança, jovem, adulto, tudo, só que ele está, ele já foi para o CMAS? Ele está no
 338 CMAS. Só que eu ouvi, eu não vi o projeto ainda, não vi nada, só que o que eu ouvi que neste
 339 projeto não fala de criança e adolescente. E aí, então, pergunto: como que vai ser abordagem
 340 em relação à criança e adolescente? População de rua. Em situação de rua, e aí eu queria que a
 341 gente pudesse provocar a Viviane, que o processo Sei, até já convidando a representante da
 342 SMAS para tratar a apresentação deste projeto para nós voltado para criança e adolescente.
 343 Porque também tem população de rua, tem criança e adolescente, e a gente precisa ver como é
 344 que vai ser feito isso. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência**
 345 **Social – SMAS:** É que eu sou da básica na SMAS, esse projeto é da especial, é o para diretoria,
 346 mas assim, ele está diferente, é diferente do outro. É tudo, meio que fizeram uma ponte de
 347 cuidado, é diferente. Eu não lembro, sinceramente os detalhes. **Carolina Aguirre da Silva,**
 348 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É,
 349 aí eu me preocupo porque, me passaram e é bem complicados, daí é lógico que tipo assim, é
 350 fala de corredor, eu não li, eu não conheço. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria**
 351 **Municipal de Assistência Social – SMAS:** E depois também se não estiver a contento tem que
 352 solicitar para as SMAS uma política, um projeto específico. **Carolina Aguirre da Silva,**

353 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É,
 354 para a gente poder ver algo específico, da mesma forma a questão do trabalho infantil. **Paulo**
 355 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Andando por aí vou ter um coordenador,
 356 falou: "Ah, nós precisamos da ajuda do CMDCA não pode nos auxiliar", de história, até que
 357 você falou para o Carol, é que não chegou nada para nós, tem que mandar algum ofício para lá,
 358 para o fórum da ação de rua, alguma coisa. Se chegar para a gente, se chegar para a gente escrito
 359 um ofício, tudo para a gente ir atrás, e aí ele vem todo. **Neiva Conceição Dias Chaves,**
 360 **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Ele vem todo a partir de um diagnóstico
 361 mesmo feito da SMAS com o trabalho da rua. Então, aí chegaram algumas orientações que são,
 362 eu acho que o que mais pega ali, é que tem um olhar diferente para o Centro, que é o lugar onde
 363 se concentra o maior número, 76%, não lembro ao certo se 75% ou 76% da população, e um
 364 olhar diferente para os outros territórios. Então, aí pega bastante discussão porque o pessoal que
 365 hoje está constituído nos outros territórios acha que não tem que mudar, mas pelo diagnóstico
 366 que foi feito, tem que mudar. Então, tem coisas ali que hoje funcionam de um jeito e que
 367 funcionarão de uma outra forma. E também tem uma questão ali que 2026 tem a questão das
 368 parcerias, que findam as parcerias, que vai ter novas, que vai ter que ter esse novo
 369 cadastramento. Então, tudo está meio junto, então é diferente, é bem diferente. Mas eu acho
 370 importante, acho que tem que fazer isso. Eu vou levar, é importante ir, Carol, pelo SEI, pelo e-
 371 mail, sei lá. Vou tentar alinhar o quanto antes. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Mas eu
 372 acho que a única questão que a gente traz daquela situação de comissão, do recurso do conselho,
 373 do papel dele, mas o que tem que se tornar uma política pública e não um programa de governo,
 374 porque sempre se depende de quem termina aquela política, então que seja política pública. Mas
 375 quando vocês falam assim, o que que chegou para nós, Carol? E aí de manhã a gente até
 376 conversou sobre essa pauta. O CREAS, nós não temos 22 CREAS na cidade. Então, nós temos
 377 um número muito pequeno de CREAS para dar conta do que já tem que dar conta e mais com
 378 a abordagem social nos territórios de 2026. Que horas, que período seria esse, que horário seria
 379 esse, porque a gente sabe que por experiência também tem 5 horas da tarde e eles vão para a
 380 rua porque sabem que o educador da abordagem de rua não vai estar lá, entendeu? Às vezes ele
 381 está frequentando a escola, está tudo certinho, mas naquele horário que eu sei que ninguém vai
 382 estar me abordando, eu vou estar lá. Então, a gente e aí o CREAS ficar com essa
 383 responsabilidade, que tem um número tão pequeno de CREAS na cidade, a gente vê pelas
 384 regiões o tamanho que são as regiões e o CREAS é um lá. Tem que pegar ônibus, tem que pegar,

sabe? E vai chegar 5 horas da tarde e não vai estar mais aberto. Entendeu? Para quem que eu faço essa denúncia? E o conselho, talvez ela não é mais, poderia ser, ele não é mais aquele que recebe. É pensar assim, de que forma pode ser melhorada a abordagem social? Eu acho que nesse sentido, então como conselho, para a gente pensar junto essa política. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu acho de fundamental importância fazer isso. Eu acho que nesse sentido, eu vou provocar lá e assim que receber, vou tentar agilizar, agilizar para poder, de repente, compor junto, né? **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Isso, porque sempre foi assim, esse Plano de Convivência Familiar e Comunitária, que tem todas as secretarias, todos os órgãos públicos, todo mundo, os fiscalizadores, ele é construído junto. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É, a gente fez o GT do serviço de convivência adolescente, serviço de convivência criança. Não está ainda no CMAS porque diverge, e esse é um problema que eu já vim conversar aqui, que diverge a questão dos valores da per capita. Tem instituição que tem a per capita lá em cima, instituição que tem a per capita lá embaixo. Para fazer o edital, a secretaria vai ter que fazer uma única e isso é uma discussão grande, vocês sabem melhor do que eu, a gente já discutiu isso aqui, para fazer ali aquele dinheiro, enfim, não sei o nome. Vai ter que acontecer isso. Então, vão ter instituições que vão ficar beneficiadas, porque vão subir e outras que não vão, porque não tem como subir todos para aquele nível. Realmente o discurso também, a gente não tem, o cobertor é curto. Então, o CMAS pergunta: não foi ainda por quê? Não foi ainda, simplesmente por isso, porque está se fazendo o cálculo, que não é uma coisa fácil, da onde vai tirar, da onde você vai colocar, onde que é? Só só que isso precisa acontecer porque em novembro, a gente sabe que tem que estar na rua, bem antes, em novembro termina, então existe essa discussão e isso é uma questão que está sendo discutida dentro da SMAS, que é o projeto que está pronto, que foi feito por GT, que ficou excelente, mas que não foi ainda por conta dessa discussão. Eu acho os projetos vão acontecendo e vão para o CMAS para serem aprovados, eu acho superimportante. E como é a SMAS que executa, vem tudo para cima de nós. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, até no CMAS dizia assim: "Ai, Carol, eu sei que vocês são criança e adolescente, mas é que daí a população de rua..." Então, tipo assim, população de rua é população, a assistência é toda, é que nem nós criança e adolescente, toda a família fala que não é só educação, só assistência, é criança e adolescente, tudo que é política, e a assistência também é além de tudo que é política, tudo que é de caráter. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria**

Municipal de Assistência Social – SMAS: Assim como o adulto também tinha que participar, porque também temos população de rua adulta. Adulta não, idosa. COMUI tinha que participar.

Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM: Mas aí a gente diz assim: "Bom, nós somos sociedade civil, é nós que executamos, nós temos que estar junto nessa discussão". É nesse sentido de poder participar, de poder estar junto dentro dessa discussão, porque cada um faz uma interpretação diferente, cada um fala uma coisa diferente e claro, mas não chegou, não chegou no conselho, não, mas está lá no CREAS, está não sei onde. Aí tanto que a gente diz: "Mas já chegou no CREAS?".

Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS: Em um primeiro momento foram feitos 130 questionamentos. Aí volta para a proteção para elas responderem os 130 questionamentos, volta para ver se responderam a contento, enfim, é um processo. Bom, da minha parte era isso.

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança: Queria ver, o que a gente conversou na comissão da conferência, que quarta-feira tem o pessoal do CPA. A nossa comissão vai ser à tarde, a conferência com a participação deles. Vai ser aqui, tipo assim, aquela ideia de começar 13h30min, aí 14h30min chega, faz as aprovações nas plenárias, que é até 14h30min, depois de 14h30min com o CPA.

Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários: Carol, mas na semana que vem não é o ECA Digital na PUC?

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Eu tinha para mim que o ECA Digital ia ser na terça, dia 26, mas é dia 27. Tá, aí assim, eu quero ver se vocês vão ir. Aí a gente pode não fazer plenária na próxima quarta. Se vocês não forem, porque também assim, vou falar mal de vocês agora. Porque nós tivemos em um outro momento que a gente acabou não tendo plenária e aí os conselheiros não foram. Ah, não lembro qual foi o seminário agora. Não lembro mais, não me lembro. Mas aí não foram, foram acho que dois, três. Aí não tem como a gente não ter plenária se vão só dois, três. Então, a gente justifica a falta de dois, três e tem plenária.

Francyne da Rosa, CEMME: Carol, é a última quarta do mês, não está previsto o CPA. É possível reagendar com eles, para outra quarta, daí dar prioridade para o seminário. Porém, o que o Paulinho está trazendo? Que a gente não tem a Casa dos Conselhos, que foi cancelada inicialmente, para acontecer na mesma quarta-feira, porque a ideia seria que o CPA viesse uma horinha para a plenária, então por isso que foi a quarta-feira. E também porque é o dia que a gente se dedica ao CMDCA. Então, não vai ter sala, na última quarta-feira ou na primeira quarta-feira, independente da quarta-feira, a gente vai ter que usar aqui. E quando tiver o CPA, a gente vai ter que adaptar a plenária para isso. E na semana que vem é uma questão da gente decidir se

mantemos o CPA, porque é a última quarta-feira, mas podemos adiar para a próxima, enfim. Só que isso está lá na nossa resolução de obrigatoriedade das OSs estarem preparadas para isso. Então, a gente alterar automaticamente fica a critério da OSC poder também recusar, porque sai do combinado, mas é possível fazer. A gente priorizar o seminário ou manter o CPA. Aí assim, dá para fazer os dois? Dá, porque daí fica uma parte da equipe da comissão do CPA aqui, sou eu, Paulinho, Guilherme, a Niva, a Vera e o Simões, e os outros vão para o seminário, ou deixamos o CPA para outra semana e vai todo mundo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Quanto ao CPA para mim é tranquilo. Já está no esquema, vamos dizer assim, da gente fazer a última quarta-feira do mês ou o dia que for necessário, sem problema nenhum. A minha questão é se os conselheiros vão ir no seminário ou não. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu preciso dar prioridade para o CPA. Se tiver CPA, eu venho para cá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Quem é que vai ir no seminário? Levante a mão, por favor. Então, se os conselheiros vão ir para o seminário, daí a gente não tem plenária. E aí eu sugiro, para vocês poderem ir ao seminário, troca o dia do CPA. Sugiro. E aí a gente troca para a outra quarta-feira e aí a gente troca também a reunião do GT da conferência para a outra quarta também. Então, retomando, dia 27 não tem plenária, não tem comissões. Aí a gente só vai ter comissões e plenária dia 3 de junho, e aí só dia 3 de junho. E aí junto na tarde tem o CPA também. **Francyne da Rosa, CEMME:** Aí no dia do CPA, isso que o Paulinho trouxe eu já tinha pensado, mas acabei não falando também, daí como é na tarde, eles vão chegar aqui sempre 2 horas, então daria para fazer a plenária da 1 às 2 horas para a aprovação das comissões, a comissão da conferência seria interessante poder ser à tarde por aquela questão de trazer adolescentes fora do dia do CPA. Eles participariam. A gente também botaria ali talvez um teto para eu acho que também tem uma, agora às 2h30min que teve a outra que veio, veio metade de um outro grupo lá da Restinga, de 2026. E também quero falar ali no grupo do CPA na comissão da metodologia, da proposta de atividades com os adolescentes enquanto CPA, digamos eles vão ter três atividades na tarde. Participação, não três, mas participariam da plenária nesse formato, mas a reunião da conferência eles participariam, e a gente também um momento só para eles para a metodologia e de atividade com eles, para ver se podemos encaminhar dessa forma. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Também prefiro. Não vejo problema, a gente pode antecipar a plenária e vocês organizam a metodologia.

Francyne da Rosa, CEMME: Eu quero propor ali na comissão para a gente discutir a questão do Instagram do CPA, que os adolescentes sejam os que vão fazer as postagens, claro, com a nossa supervisão, mas vão fazer as postagens, sabe, vão movimentar, até porque eles têm uma rede grande dentro do Instagram de seguidores, de amigos que eles conhecem, para também serem mediadores para outros adolescentes. Mas por exemplo, eles fazerem postagens sobre o que é o CPA, sobre o que é a conferência, sobre o ue que é o CMDCA, sobre a composição dos adolescentes, das OSCs. O Paulinho fez uma apresentação com o histórico do CPA. Mas se a gente começar a fazer através do Instagram também, isso vai atingir maior público e vai ter ali uma portabilidade também das atividades do CPA, inclusive do dia, fazer uma postagem ali do dia da atividade que foi realizada, isso tudo fica como memória através da rede social e uma prestação de contas inclusive também pública sobre isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Acho ótimo, só a única questão que penso é de que sempre ter um grupo para, não todo mundo ter acesso. **Francyne da Rosa, CEMME:** Nós adultos vamos ter a senha e o acesso, mas no dia do CPA, a gente coloca o computador aqui, eles pensam no texto, eles pensam o que que eles querem comunicar, eles redigem o texto e tal, aí nós aprovamos. Essa é a ideia. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Até por exemplo assim, até usar o Reels. Hoje o Carlos até estava falando da gente fazer uns videozinhos de Instagram de um minutinho, o que é CT? O que é rede? O que é CREAS? Sabe, tipo assim, e eu acho que eles poderiam muito bem pegar e fazer essa, é uma linguagem diferente, é um pensar diferente. No dia 3, então, de junho, das 14:30 às 15:30, teria a reunião com a conferência, que é o GT. E das 15:30 às 16:30, mais ou menos, aí tem o CPA. E aí das 13:00, pode ser às 13:00? Às 14:30, aí tem a plenária CMDCA. Mais alguma coisa? **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Carol, está ruim a gente atender as instituições aqui na sala. É bem... eu acho meio, para não falar outra palavra, constrangedor. Porque nós já somos bastantes, atendendo mais uma, duas pessoas, então imagina um monte assim observando. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, hoje tinha uma instituição aqui que estava atendendo e outra ali no cantinho. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** E as pessoas observam as expressões faciais, entendeu? Então, está muito ruim de atender aqui. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Hoje tanto que a gente começou a reunião de executiva, aí a gente

ia falar com a Doutora Cristiane ali, aí a Tarsila disse: "Eu fiz uma reunião na salinha lá na frente". Gostei daquela salinha lá. Eu já fiz umas duas reuniões lá na 101, aquela salinha de atendimento lá na frente. Mas isso, só para a gente fechar a questão das reuniões, eu acho que tem aquela salinha lá da 101. Ela não cabe... ela cabe umas 5 pessoas ali, justinho, cabe umas 5 pessoas. E dependendo dos assuntos, eu acho que está tranquilo lá. Também eu acho que a gente acaba se metendo, mas hoje as gurias da políticas fizeram reunião ali na secretaria também. Também é viável fazer isso, aproveitar que o estagiário não está ali, às vezes a gente usa aquela mesa ali. Também a nossa sala de reuniões, ela está ocupada, aquela de cima, fica ocupada. É, não tem. E é o que temos. Tá, vamos para as comissões. Comissões? Quem vai? Registros, então?

3. COMISSÕES: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REGISTROS:

Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: Em nome da OSC **SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME, CENTRO SOCIAL MARISTA CESMAR**. Número de SEI: 24.00008068-0. O requerimento é inscrição e renovação de curso de aprendizagem profissional. Veio para a Comissão de Registros do CMDCA. Processo SEI analisado agora. A organização está devidamente identificada. Relatório de análise: a OSC encaminhou a documentação necessária para o processo. Encaminhamento a essa comissão aprova a solicitação da OSC para o programa de aprendizagem profissional conforme abaixo: Curso de auxiliar de logística, CBO 4141-40, inscrição. Curso de auxiliar de mecânica automotiva, CBO 9144-05, inscrição. E curso de desenvolvedor web com ênfase em inteligência artificial, CBO 3171-10. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Em votação, quem é favorável favor levantar a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** **Dinamara Laux da Silva, AMOVITEC:** **IRMÃ MARIA IMACULADA**, 24.000098847-9, é reativação. E o registro é 541. É uma reativação de registro. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Esse daí tem um adendo, eu tinha falado com o Nicolas no grupo. **Dinamara Laux da Silva, AMOVITEC:** Não, eu acho que é o outro, Paulinho. A outra que não vai ser passada, que vai fazer o despacho para a reunião. **Francyne da Rosa, CEMME:** Tu tem que fazer o despacho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** É o outro, não é esse? **Dinamara Laux da Silva,**

545 **AMOVITEC:** Não, não é, Paulinho. O outro é 461, está lá no grupo. Deixa que eu olho aqui
546 para ti o número. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Não, eu coloquei no
547 grupo da plenária ali, está escrito "Irmã Maria Imaculada Medianeira". Sim, é que esta
548 instituição aí, ela é particular. Então, esse processo é do ano passado, estava prevista uma visita.
549 Mas em decorrência que teve CMDCA, com as dificuldades de fazer visita, tinha vários
550 processos do ano passado para este ano e não houve visitas. Teve os mutirões, mas não
551 concederam. Estava comigo. E como eu falei com o Nicolas no grupo, deixa esta aí, a gente vai
552 convidar ela para uma reunião aqui dia 3. Por quê? Porque no plano de trabalho deles eles têm
553 atendimento de 9 crianças. Educação infantil com 9 crianças e dentro do projeto está dizendo
554 que cobra mensalidade. Então, por isso que a gente ia visitar para conhecer, mas como a
555 impossibilidade de visita, eu e o Nicolas marcamos para eles virem aqui para esclarecer a
556 questão do plano de trabalho, a questão da mensalidade, a questão do atendimento, como é que
557 vai ser o atendimento com 9 crianças. O primeiro registro dele é de 2013, depois ficou muito
558 tempo sem renovação. **Francyne da Rosa, CEMME:** Não faz muito tempo que é reativação,
559 tanto é que a gente pode ver qual é o SEI dele. Ali nesse processo não tem o último atestado de
560 funcionamento, então a gente não sabe ali qual foi a última vez que foi feita a renovação. Eles
561 mandaram toda a documentação, e foi feito o despacho lá em 11 de setembro pedindo o anexo
562 3. E aí eles mandaram o anexo 3, só que mantiveram aquela informação ali. E a informação que
563 tinha colocado era: CNPJ informa escola de ensino fundamental e médio, anexo 3 indica escola
564 de educação infantil para 0 a 3, estava confuso isso. E aí tem aquela informação ali de
565 pagamento, daí tem que ver. Tem que ver quando que foi o último atestado para poder ver o
566 tempo da reativação de registro. Esse processo estava parado e aí tem que ser retomado. **Paulo**
567 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Sim, aí a reunião ficou para agendar para eles
568 virem aqui dia 3 de manhã. Eu e o Nicolas vamos atender eles. **Carolina Aguirre da Silva,**
569 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogio) – Presidente:**
570 Então, tem que retirar. **Francyne da Rosa, CEMME:** Esse ficou o encaminhamento, então, do
571 Paulinho marcar a reunião para tirar essa dúvida ali do plano de trabalho. **Dinamara Laux da**
572 **Silva, AMOVITEC:** E esse aqui é o 23.500313041-9. **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA**
573 **SANTA ZITA DE LUCCA.** Reativação de registro. Esse é reativação, e o número é 461 do
574 registro. **Francyne da Rosa, CEMME:** Faz pouco tempo, na verdade, eles tinham o documento
575 válido até 30 de junho de 2025, e eles mandaram a documentação para reativação em 16 de
576 abril para reativação. Faz pouco tempo, não fechou 1 ano que eles estavam com o atestado

regular, digamos, com a data de validade, que fazem pouco tempo. E aí dentro da documentação a gente solicitou o anexo 3, que era o único documento ali não estava todo preenchido o anexo 3 que eles mandaram. Solicitamos ali com o Nicolas que eles reenviassem devidamente preenchido. Eles reenviaram e aquela orientação que a gente tem, que atestado de funcionamento regular com a data de validade que fazem pouco tempo, 1 ano, 2 anos, a gente não faria visita em função do cadastramento que teve. A OSC ela, como tinha o atestado ali até junho, ela não fez o cadastramento. Então, ficou para reativação de registro, faltava ali o preenchimento correto do anexo 3, se mantém o mesmo serviço que já tinha no último atestado de funcionamento, que é educação infantil. Então, a gente julgou, nesses casos, não precisar fazer a visita, isso porque não faz muito tempo que estava regular. Então, a princípio estava tudo ok com o documento agora preenchido corretamente. É para aprovação na plenária e emissão do novo atestado de funcionamento dessa OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida, pessoal? Não? Então, quem é favorável favor levantar a mão. Ok, pode baixar. Algum outro? Não? **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Eu queria só ver aí, Paulinho e comissão, se nós temos mais algum outro processo do mesmo período ou de atraso de... porque eu estava olhando esse processo aqui, gente, eu compreendo, entendo, mas não, ele entrou antes de setembro de 2025. Olha, eu sei que a caixa estava lotada. Para a Comissão de Registros, ele entrou dia 27 de maio. E assim, não dá, não dá mesmo, é muito tempo, 1 ano, literalmente, praticamente 1 ano do processo. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** A Fran semana passada pediu todas as pastas atribuídas, aí a gente dividiu tudo e já organizou. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E aí eu acho assim, se tem dúvidas, o que vai fazer, Paulinho? Chama para fazer reunião ou vai fazer visita e já delibera para a gente poder não deixar trancado mais. É muito ruim. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Na verdade, na época, a gente pensou que eles iam fazer o cadastramento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E aí, talvez solicitar que fizesse o cadastramento. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Como eles estão no fórum, e aí o cadastramento seria... quem estivesse no fórum ia receber o documento e ia providenciar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E como é que ficou isso? As instituições que não fizeram o cadastramento que estão pedindo o atestado? **Francyne da**

Rosa, CEMME: As que não fizeram o recadastramento, a gente está julgando ser reativação de registro. Por quê? O recadastramento foi em julho de 2025. Então, eles estão, no mínimo, desde julho de 2025 até agora sem atestado vigente. Então, a gente inclui como reativação de registro, como se o registro estivesse suspenso. Para isso, se encaminha a documentação completa para reativar o registro. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** E quando eles não encaminham, a gente pede. **Francyne da Rosa, CEMME:** Se não encaminhar, encaminha toda a documentação, a gente pede a complementação através do despacho. O que acontece é que o nosso combinado na caixa do SEI ali é que quando está atribuído, a gente pega o processo, analisa e atribui a uma pessoa. E a gente se analisa em dupla ou mais, enfim, mas a atribuição fica para uma pessoa só ali, para que outras pessoas não analisem o mesmo projeto, façam retrabalho. E aí quando está atribuído, a gente deixa no nome daquela pessoa tocar o projeto, tocar o processo até o fim daquele processo ali. A não ser em casos que já aconteceu, por exemplo, de um processo que eu comecei, porém eu não fui na visita, e ele se tornou um processo dos colegas que foram na visita porque era o encaminhamento após visita. Isso pode acontecer, mas isso é bem definido, o que tem que ser feito após a visita, tem que ser feito um despacho. E acontece disso de acabar esquecendo, de ficar no nome de outra pessoa, e a gente não conseguir dar continuidade. Então, a gente renomeou todos os processos abertos agora e está tentando dar encaminhamento para todos esses que estavam pendentes de registro e inscrição ainda do ano passado para a gente zerar a caixa e depois começar a pensar no monitoramento que tem ali mais de 70, que enfim. Então, é o que acontece. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, mas eu acho que a gente só tem que tentar vencer essa caixa aí que está complicada ali. E agora entra o monitoramento também, também está bem complicado. **Francyne da Rosa, CEMME:** É, aí agora é pro colegas que realmente ali estão pegando o SEI e está dando conflito de informações, porque não estavam dentro do SEI, a gente está tentando a partir do que está no SEI. Então, está dando esses conflitos porque é isso, a gente está com pessoas novas mexendo no SEI e querendo encaminhar os processos, tem processos antigos. As informações não estavam todas ali para os conselheiros antigos e a gente está divergindo nisso. Mas agora, pelo menos, a gente tem pessoas que estão pegando o SEI, que estão pegando a análise de processo. A gente estava com pouquíssimas pessoas na comissão de registros que estavam se dedicando à análise de processos. A gente tinha a equipe da comissão de registros, tinha muitas pessoas que vão nas visitas, que até participam em algumas reuniões,

mas não pegam o processo SEI, então isso acumulou e deu todas essas situações que a gente vem de um tempo para o outro sofrendo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu estava falando até hoje no almoço também de ver se a gente consegue centralizar, Adriana e o Mumu, um pouco dos processos de monitoramento de vocês. Não, é que eu penso que de quanto mais facilidade de SEI têm, faz mais rápido. E aí quem já é funcionário da prefeitura tem a tendência a tocar mais realmente. E aí o nosso olho ali vai mais, vocês já fazem muito mais prático também. Acho que hoje a gente deve ter uns 80, 90 de monitoramento. É uma forma de trabalhar que a gente tem. E aí eu acho que dá para fechar com vocês. [Falas concomitantes]. Ok, mais alguma coisa do registro? **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente tem que comentar sobre amanhã. De manhã então, a gente teve a OSC Chiquerinho, que a gente fez reunião. Essa foi uma OSC que ficou para trás nesses processos, que a gente estava comentando. Em 24 de julho de 2025 foi feita a visita, seria reativação de registro dessa instituição. [Falas concomitantes]. Fizemos a reunião com a OSC Chiquerinho, primeiro registro solicitado em 2025. Depois eu falo com o monitoramento que daí eu já conversei com o meu colega aqui também. Em 30 de abril de 2025, foi um processo que eu peguei inicialmente, pedi documentação complementar. A OSC foi para visita, os colegas foram no dia 30 de abril de 2025 e constataram um ambiente que não era adequado. Porque é uma escola de futebol, ela é aberta à comunidade e tem espaço que faz venda de bebidas, não tinha extintores, não tem o PPCI, então tem todo um trâmite lá daquela instituição que não estava adequado lá em 30 de abril de 2025. Não foi feito após a visita, foi comentado na plenária sobre isso, deve estar na ata deste dia sobre essas informações da visita, mas não foi feito depois o despacho para orientação formalizando as orientações para essa instituição, porque as orientações foram dadas lá na visita. E esse processo ficou parado. Agora, um mês atrás, a presidente esteve aqui por outros motivos, passou na secretaria e pediu uma agenda de reunião. Agendamos para hoje de manhã. Então, e foi dado novamente os retornos que foram feitos na visita, porém desta vez foi realizado ali, está sendo realizado ali o despacho, está faltando só a assinatura dos colegas então para encaminhar então para a secretaria e enviar o e-mail para ela. Mas ela entendeu o que ela precisa fazer. Nós demos a possibilidade caso ela se regularize minimamente do atestado de funcionamento provisório. Mas para isso, o mínimo que ela precisa é fazer o PPCI, fazer o protocolo do PPCI da instituição dela, e ajustar algumas recomendações que a gente levou a respeito dos espaços: espaço de adulto fechado quando tiver atividade de criança, quando tiver atividade de criança não tem atividade de adulto; os banheiros

673 ali monitorados, porque só tem dois banheiros e são os mesmos de adulto e de criança, então
 674 no sábado, que é dia das crianças, que não tenha a abertura do público externo, que não tenha a
 675 movimentação de adultos ali fora as atividades das crianças; que tenha um espaço adequado
 676 para atendimento das crianças e o lanche que não seja no espaço aonde é feita a venda de
 677 bebidas. Que tenha tudo isso. Ela nos mandando o protocolo do PPCI, a gente combinou que
 678 fará uma nova visita para ver como está a reality hoje da instituição, e aí sim definir ou não o
 679 atestado de funcionamento provisório para que ela então faça as adequações que vão ser
 680 estruturais de ela ter banheiro só para crianças, de ela fazer uma entrada diferente ali para
 681 quando é os jogos de futebol da comunidade e quando é a atividade das crianças. Isso vai
 682 demandar estrutura física, enfim, dinheiro, aquela coisa toda. Então, minimamente ela tem que
 683 nos mostrar que ela está em condições de poder executar atividades com crianças para poder ter
 684 o atestado. Então, foi esse o encaminhamento que a gente fez da reunião de hoje de manhã.

685 **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Na realidade, tudo o que foi solicitado para ela o ano
 686 passado foi a mesma coisa que a gente falou agora, ela não mudou nada do lugar. Ela acha que
 687 não é necessário. Mas enfim, a gente falou, deu todas as opções para ela, e ela se comprometeu
 688 a providenciar. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Hoje a gente sabe que eles também estão
 689 atendendo as cozinhas solidárias. E a parceria com as cozinhas solidárias é para ter esse olhar,
 690 porque as cozinhas solidárias, as crianças também almoçam lá, também pegam o lanche.

691 **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Ela não mencionou isso. **Rose Ceroni Canabarro,**
 692 **ASAFOM:** Talvez ela não lembrou, mas a gente, eu acompanho um pouco porque eu fiz o
 693 movimento com as cozinhas solidárias comunitárias, visto que aí é uma coisa que a gente... No
 694 MDS, combate à fome, SUAS não reconhece. Mas ela é um pedaço, ela está dentro, ela é um
 695 pedacinho, um recorte do SUAS. Então, tira a palavra combate à fome de dentro do ministério.
 696 E de alguma maneira tem que se regularizar. Eu não posso inclusive entregar, mas eu na minha
 697 comunidade, minimamente para Porto Alegre saber onde está a população, quem é essa
 698 população. Eu sou uma que acho que era bem importante as coisas começarem a se alinhar. A
 699 SMIDH tem recursos que vêm do governo federal para algumas questões de inclusão, população
 700 de rua, e eles abriram o edital para as coisas que não estão organizadas. Porque organizadas ou
 701 não, elas vão fazer. Então, é preferível estar como falaram: o atestado provisório de
 702 funcionamento, minimamente para a gente ajudar. E foi assim que foi construída a cidade. Não
 703 foi todo mundo que hoje tem associação, tem instituição, que estava brilhante. Não foi.

704 **Francyne da Rosa, CEMME:** Por isso inclusive a possibilidade do atestado de funcionamento

provisório para a gente dar esse sentido. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Nós temos que ter esse olhar, porque se tem provisório, vai acompanhar. A comunidade vai acompanhar. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** A rede vai acompanhar. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** E ela atende as crianças, antes era 3 vezes na semana, agora é somente no sábado. São todas crianças do serviço de convivência. Então são de muitas instituições ali que ela atende. Ela faz, não é só também o futebol, é jiu-jitsu, é capoeira, é balé agora que ela faz também. Só que ela não tem ideia de quantos são atendidos, não tem kit, não tem faturamento. Ela não tem assessoramento nenhum. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Eu acho que sim, que vai ser a parte pedagógica, começar a se organizar. Esse é o papel do conselho, ver as políticas públicas e tentar organizar. A gente sabe que a 13.019, para conseguir uma parceria para isso e aquilo, vai ter que melhorar muito. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que tem outras possibilidades, não tudo na 13.019. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Eu digo assim, se for lá para o CMAS não vai conseguir nada. Também é um erro que a gente também tem que discutir com o Ministério do Desenvolvimento Social. O CNAS me pergunta: o que tem de tipificado e o que não tem? Como é que um conselho também deveria perguntar. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Deveria ter coisas não tipificadas. Uma coisa absurda, o albergue não pode cofinanciar e nós temos o albergue. Mas são poucas as cidades que temos o albergue no Brasil, mas temos. Temos o frio, é um lugar que precisa, e não é cofinanciado porque não é tipificado. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Tem as fazendas terapêuticas que chamam. Ele não é tipificado, mas tem recurso dentro do ministério. Mas eu acho que Porto Alegre tem que trazer, começar a discutir. Começar a discutir, começar a trazer o pessoal do ministério e nós falarmos de outras coisas, que aqui não é a pauta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas só voltando, eu acho que a questão maior para nós é que a criança, e pensando nos demais serviços, por exemplo, se tu tens assistência e tu tens educação infantil, tem que ser entradas separadas. Se tu tens um espaço para atendimento às famílias, e se tu tens um serviço de convivência, normalmente as entradas são separadas. Então, a questão maior é proteger a criança, proteger o espaço da criança. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Eu concordo com isso, porque quando a gente tinha o plano de convivência familiar comunitária, a SMED, por exemplo, tinha o olhar para o todo, mas sabia que a parte pedagógica é aqui, na entrada aqui. E ali a gente está falando de serviço de

convivência, está falando de educação. Tudo bem, beleza, é um conjunto que temos projetos técnicos na cidade. Eu lembro bem quando começou o Bárbara Maix, a irmã chegou lá e organizou, separou as garrafas aqui, não sei o quê, nós vamos tapar, nós vamos fechar, até que constituíram a instituição. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É isso que eu estou falando. É isso que eu estou falando, porque nessa instituição específica tem a garrafa de cerveja junto com as crianças trabalhando. A garrafa de cerveja não tem que estar ali, ou a coisa da sinuca, ou a bola de futebol que o adulto joga lá depois de duas, três cervejas, não tem que estar ali. É isso, essa é a forma de proteção mais clara do que eu estou falando. Eu não me importo que a instituição arrecade, alugue, cada um faz formas de dinheiro, mas a proteção daquele espaço para a criança estar protegida tem que ter. Tem coisas em que não tem por que a criança ter acesso. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Estava tudo junto, por exemplo, os adultos iam jogar futebol, jogavam sinuca, tomavam uma coisinha e as crianças estavam lá, entrando no mesmo banheiro, no mesmo espaço. Então, é só essa adequação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Isso independe de plano de convivência familiar comunitária, isso independe. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** É só essa questão de espaço. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Eu estou entendendo que não tem que ter, não estou focando que tem que ter, não é isso. Estou dizendo para organizar. Esta instituição, para ela chegar num patamar de poder captar recurso ou até alguém tem que ajudar, e quem é que vai ajudar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Por isso que nós estamos aqui, trouxemos a instituição hoje, orientamos, as gurias falaram exatamente, falaram claramente: a garrafa que estava lá não tem que estar lá, onde tem as bebidas coloquem um tapume, onde não sei o quê. Foi bem claro, nunca foi tão desenhado para a instituição. [Falas concomitantes]. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Porque a gente também está fazendo essa discussão com o CMAS, dessa equipe técnica. Se a instituição não tem nada, como é que ela vai ter dinheiro para pagar equipe técnica? **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** E tem que ser com recurso CLT. Imagina quanto custa um funcionário CLT, é um absurdo. É um absurdo, estão negando os registros. Mas a gente vai, a gente vai chegar lá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas só para retomar, este conselho, junto com vocês, caros conselheiros, nós pensamos sempre de que, aí tem uma voz

que diz assim: eu tenho a fala de que criança tem para todo mundo, e aí nós temos que ampliar a rede de atendimento cada vez mais na cidade. E a rede de atendimento é instituições fortes trabalhando seriamente para atender fortemente as crianças. É isso. Se tiver que pegar na mão e explicar, bota o tapume aqui e ali, a gente faz. E é bem o que a gente já fez hoje. Vamos para outro probleminha agora. **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente realizou então visita hoje ao AR9, que é da FPE. Começando da denúncia, que é uma visita sobre uma denúncia realizada pelo serviço de saúde que atende o AR9, que constatou, tem inclusive o despacho da visita, constatou: crianças sem troca de fralda por período prolongado, criança testemunha de ação considerada turbulenta entre os cuidadores, os agentes educacionais, suposta negligência com relação às crianças, e um adolescente que tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista nível 3 de suporte que estava em cárcere, num espaço inadequado aos seus cuidados que deveria ser. Fomos até o endereço informado pela unidade de saúde, não era naquele endereço. Fomos até a unidade de saúde São José para verificar a equipe que fez a denúncia, foi a equipe da odontologia que realizou o atendimento no AR9, isso foi agora em março. E aí estivemos no local certo, a Neusa já trabalhou nesse AR há um tempo atrás, já conhecia onde era o local. Então fomos até lá, foi avisada a coordenação de que estaríamos lá para fazer essa visita em relação à denúncia, e fomos recebidos, esperamos um pouquinho a senhora Rosa chegar, que ela é assistente de direção, para nos mostrar o ambiente da casa, enfim. Naquele tempo que a gente ficou ali, a gente observou que as crianças estavam chegando da escola, que elas tinham uma interação com as agentes educacionais brincando, rindo as crianças. Elas estavam bem higienizadas, organizadas. A gente fez a visita nos espaços, todos os espaços estavam adequados, com higiene, organização, não tinha nada alarmante, tinha uma baguncinha ali em algum lugar, mas nada que justificasse. E vimos também o espaço onde existe a contenção desse adolescente de 17 anos. É um adolescente muito agressivo, a porta já está remendada, porque ele quebra a porta, ele come a madeira, enfim, então ele tem que ter um atendimento diferenciado, porque o convívio dele com as outras crianças também é prejudicado devido a essa agressividade que ele tem. Acontece que a gente não viu ele lá porque ele estava em consulta médica, ele estava no Clínicas fazendo essa consulta, então a gente não viu ele lá. E vimos o espaço, ele tem uma cama no quarto coletivo, foi nos informado que ele consegue dormir, dividir o quarto com outras crianças por causa da medicação. Mas o espaço onde ele é contido ali é um espaço pequeno que tem uma porta com uma redezinha assim. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Telinha de sacada, sabe aquelas telinhas de sacada? **Francyne da**

801 **Rosa, CEMME:** É um quadradinho assim. E ali tem um tatame onde ele pode, se ele der algum
802 surto, ou se elas precisam ir no banheiro quando chega alguém para atender, elas não
803 conseguem, se ele está num estado de surto, elas não conseguem atender ele junto com as outras
804 crianças, são 11 crianças, desde bebês até adolescentes, então eles não conseguem. **Fabrizia**
805 **Demo, Parceiros Voluntários:** Ele fica naquele espaço para esse tipo de contenção. Ele já
806 estaria há muitos anos. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos**
807 **Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Quanto tempo ele fica nesse espaço?
808 **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente não sabe precisar, como ele tem muitos atendimentos
809 ele também sai bastante para fazer consulta, então não sabemos precisar o tempo que ele fica
810 ali, mas nos comentaram que ele circula no pátio, que ele vai até a frente, que ele brinca no
811 pula-pula, mas enfim, não é um espaço adequado obviamente, conter uma criança, um
812 adolescente, não é o adequado. A gente fala de uma criança, adolescente no acolhimento
813 institucional, se trabalha a ressocialização, e dessa forma não se trabalha a ressocialização,
814 porém o que se faz com um adolescente de 17 anos? A gente não conheceu ele, mas a Neiva
815 conhece muito bem ele, e coloca os outros em risco. Já houveram várias outras denúncias a
816 respeito disso, a Doutora Sinara faz as audiências lá dentro do AR9, então ela já viu ele lá
817 inclusive, muitas vezes. A questão é essa, o abrigo não seria o local adequado para ele, mas
818 como se adapta o abrigo às necessidades que ele apresenta? Então, é o que é possível ser feito.
819 O que a Carol trouxe ali para a gente encaminhar é que exista no plano individual de
820 acompanhamento dele quais são as estratégias que são utilizadas para a ressocialização dele e
821 também a indicação médica da contenção, porque isso respalda a maneira como o abrigo está
822 lidando com essa situação. Ele está prestes a fazer 18 anos, é uma situação que também vai
823 demandar aí do judiciário que se encaminhe esse adolescente para um outro espaço, enfim,
824 talvez se encontre residencial terapêutico, seria a próxima etapa. **Rose Ceroni Canabarro,**
825 **ASAFOM:** Quanto tempo que ele está lá? **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria**
826 **Municipal de Assistência Social – SMAS:** Ele está desde 2021, 5 anos. Ele frequentava a
827 Escola Padre Olli. Ele vai na escola, ele faz várias atividades, ele vai para a escola de manhã,
828 dependendo da suportabilidade, tem semanas que as professoras dizem "amanhã é melhor não
829 trazer ele, que hoje ele não esteve bem", ou chamam para buscar, alguma coisa pode, mas ele
830 vai para a escola, ele tem TO da fundação, a fundação tem TO, ele tem TO fora, ele é atendido
831 pela equipe do TEA. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Ele está no acolhimento, ele está
832 nesse projeto de saúde mental? Mas há quanto tempo ele foi acolhido? **Neiva Conceição Dias**

833 **Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Ele foi acolhido em 2021, eu
834 estava lá na época, por isso que eu conheço ele. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** A família
835 não conseguiu dar conta? **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de**
836 **Assistência Social – SMAS:** Ele foi abandonado pela mãe. Ele vai fazer 18 anos em julho.
837 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
838 **(Topogigio) – Presidente:** Na verdade, a gente teve a denúncia e aí eu fiz o encaminhamento
839 para a Comissão de Registros para a gente poder fazer essa visita. Aí hoje as gurias me
840 trouxeram, o pessoal me trouxe o retorno na hora do intervalo, e aí a gente meio que conversou
841 alguns encaminhamentos que a gente poderia fazer. Porque o que está dado? Grande parte das
842 denúncias não foram vistas como realmente questões de denúncia. **Fabrizia Demo, Parceiros**
843 **Voluntários:** A pessoa que fez a denúncia também não está mais lá no espaço. **Carolina**
844 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
845 **(Topogigio) – Presidente:** É, mas a denúncia permanece. Mas, e aí a minha opinião muito eu,
846 independente se é o Estado, independente do grau de suportabilidade da criança, independente,
847 independente, dez vezes independente. A forma em que esta criança está sendo conduzida,
848 manejada, não está adequada. Não está adequada. Não se sabe se ele é colocado neste espaço
849 por 10 minutos, 10 horas, 50 horas, todo dia, não está adequado. Mas como? Não sei, não tenho
850 a receita do remédio do bolo e nem nada, mas não é adequado. **Fabrizia Demo, Parceiros**
851 **Voluntários:** As paredes, pelo que a gente sabe, não sei como falar isso, mas vou falar. Não
852 tinha marca na parede, olhando bem, porque a gente tem que olhar se tem alguma marca na
853 parede, alguma marca na porta, algum arranhão, alguma coisa assim, não. Era apenas ali um
854 espaço que tinha o tatame, acho que se ele deve se bater, alguma coisa assim, não tinha nenhum
855 tipo de marca. Só a porta que ele quebra e reforçaram com o ferro. **Carolina Aguirre da Silva,**
856 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**
857 Botaram uma madeira reforçada na porta provavelmente em algum momento que ele quis
858 quebrar. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Ele morde a madeira ali, então elas
859 colocaram a madeirinha assim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
860 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas assim, gente, eu
861 compreendo um adolescente de 17 anos, que provavelmente é maior que eu, e a força que deve
862 ter este quase adulto, compreendo. E também o nível de suporte em que ele depende ou tem
863 mais necessidades ainda do que outros níveis também. Mas, que nem eu retomo, não está
864 adequada a forma de condução deste adolescente, não está. E aí então, isto é uma coisa que por

865 mais eu entendo que, mas a gente não pode normalizar. Achar que tudo bem, bota lá, e aí em
866 vários momentos tu vai ter em várias situações e não, não está legal. Tanto é que foi feita uma
867 denúncia. Não está legal. O que pensa como encaminhamento? Solicitar para a saúde de
868 referência da região, acompanhamento de saúde, acompanhamento se eles já tem, eles já tem.
869 Então, tem que se conversar. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Quem sabe passar que a
870 gente tem a FPE dentro do projeto de saúde mental, a FPE é uma das casas de acolhimento. De
871 repente essa situação ele passar por esse recurso que tem todas as especialidades se hoje ele não
872 tem, poder ele ser incluído porque ele é adolescente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
873 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E também
874 ver a questão do PIA, também ver a questão da rede. Sabe de onde tem, manda. **Rose Ceroni**
875 **Canabarro, ASAFOM:** Se a gente não tem, quem é que manda? É a Ivana, a Doutora Sinara,
876 eles que mandam para o projeto. Então, teria que fazer essa ponte com ela para ver se esse
877 adolescente poderia passar por todas essas especialidades no projeto de saúde mental. É um
878 encaminhamento que poderia se fazer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
879 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que sim, eu acho
880 que também a gente até encaminhar a denúncia também para o Ministério Público, para a
881 Doutora Sinara. Porque tipo assim, ela já conhece ele. Sim, mas ela que então está chegando
882 denúncia aqui. Vai lá de novo, vai lá ver. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
883 **Criança:** E o problema é estar com a idade já para ser quase emancipado e onde é que vai parar?
884 **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** E também com essa questão
885 da gente tentar ir conversar com o COMDEPA, que é o conselho da pessoa com deficiência.
886 Para unir as duas questões. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
887 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O pessoal com deficiência é qualquer
888 idade, não é só criança e adolescente, independente. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria**
889 **Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu sei que ele faz todas, todos esses tratamentos,
890 todas essas terapias, ele faz equoterapia. Ele fazia até eu sair de lá, agora não sei, mas eu acredito
891 que ele segue fazendo. E assim, das denúncias que eu estive lá, que passaram, já tiveram várias,
892 várias denúncias. Das denúncias às quais eu estava lá, foram umas três ou quatro, a gente se
893 pautava na orientação médica mesmo, da TO, por uma questão de suportabilidade, por uma
894 proteção para ele também, porque eles se colocam, eles se colocam muito em risco. Se tiver
895 uma coisa pendurada ele não quer saber se vai machucar, ele puxa aquela coisa. É perigoso para
896 ele e para todo mundo. Até eu contei para as gurias que ele pegou um bebê de quatro meses e

897 jogou uma distância de quatro a cinco metros. A sorte que caiu em cima de um puff a criança,
 898 então neste momento foi pedida a transferência dele para um outro espaço. E daí se tentou Pão
 899 dos Pobres, tentou a Casa do Menino, tentou várias instituições as quais uma não podia porque
 900 ele andava, a outra não podia porque isso, a outra, entende? E eu até falei para as gurias, quando
 901 chegou essa denúncia eu falei: eu sei quem é, se for nesse lugar eu sei quem é. Porque já é de
 902 conhecimento. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** E, na realidade, assim, são três
 903 educadores que eles falam de manhã. São quatro. É três de manhã, três de tarde e um o dia todo,
 904 e depois três de noite. E 11 crianças e dois bebês. Os bebês passam o dia na escola que foi uma
 905 da, eles estão na creche, na escola de educação infantil, eles voltam à noitinha. E uma das
 906 denúncias era essa que a criança estava assada, mas dessas denúncias não se comprovou. Mas
 907 é isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 908 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma coisa mais, gente? **Francyne da Rosa, CEMME:**
 909 É para constar. Sobre a questão das fraldas ali que foi na denúncia de que longo período de
 910 tempo sem trocas de fraldas. O que nos informaram é que são duas crianças que fazem uso de
 911 fralda hoje, mas essas duas crianças são da educação infantil. Então, passam o dia todo fora, na
 912 escola de educação infantil, e vêm à tardezinha, à noite para o abrigo. Então, a gente não
 913 conseguiu observar essa questão de troca de fralda. Inclusive não a gente não sabe a questão da
 914 equipe que foi fazer o atendimento de odontologia no espaço do abrigo, se talvez naquele dia a
 915 criança não foi para a escola de educação infantil, o que aconteceu? Porque hoje, por exemplo,
 916 as duas crianças que usam fraldas estavam na escola de educação infantil, então a gente não
 917 observou. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** E uma usa só à noite, que está desfraldando,
 918 só está usando à noite, já desde também o verão. **Francyne da Rosa, CEMME:** E de contenção
 919 só ele assim, a princípio nessa situação de contenção, e os demais das crianças aparentemente
 920 ali, pelo que eles nos falaram, não tem nenhuma situação assim. Claro, tem situações de saúde
 921 mental, obviamente, mas não ao nível que esse menino atinge e demanda ali da instituição.
 922 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 923 **(Topogigio) – Presidente:** OK, quais os encaminhamentos que faríamos então? **Francyne da**
 924 **Rosa, CEMME:** Então, eu acho, assim, a gente não pediu porque não veio naquele momento
 925 ali da visita para olhar o prontuário do Arthur, porque talvez já exista no prontuário a questão
 926 da contenção. Eu sei que tem médicos que relatam isso por escrito, como uma forma de
 927 respaldo, de que existe a necessidade de contenção para casos como esse. Se isso está
 928 comprovado, existe um respaldo ali para que seja realizado dessa forma. Óbvio que a forma

como é realizado foi a instituição ali, o abrigo enfim, que adequou o que era possível. Claro que o judiciário enfim poderia dizer a partir de um parecer técnico de um assistente profissional qual seria o manejo adequado de contenção, mas aí precisaria de um estudo inclusive de dentro do abrigo ali da instituição da estrutura física para ver o que é possível. Porque dizer só que não se contenha, mas também não dá uma solução para os momentos em que é necessário porque se coloca em risco, a gente fica nessa questão de o que se faz, então? Então, acho que se tiver esse documento que respalda por um médico a contenção, já é um alguma coisa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E o médico vai orientar e o profissional adequado vai orientar qual é a forma até de conter, qual é a forma, qual é o período, quais os momentos, aí entra a própria rede para poder entender, então todo mundo. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** E esse quarto é muito pequeno? **Francyne da Rosa, CEMME:** É relativamente pequeno. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas ele dorme no quarto, ele tem no quarto ele dorme em cama normal, quarto normal divide com outros, é só de dia, algum momento do dia. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Mas e a idade do que dorme com ele? **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Provavelmente aquele menino que estava ali, são de 10, 11, 12, 13, 14, é um quarto que tem três camas. Ele dorme bem. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Não, mas eu acho que mesmo nessa circunstância de ter outros abrigos com especiais, a gente vê, eles têm a dependência deles, eles têm que trabalhar isso com ele. [Falas concomitantes]. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** No quarto são só as camas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas assim, então, para fazer os encaminhamentos. Então, eu proponho que a gente possa encaminhar ao Ministério Público para que eles também possam ter ciência da denúncia e fazer a averiguação. Acho que no total do prontuário dele. Também para o médico, a saúde. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu acredito que o abrigo ali tenha que comprovar que ele vá aos atendimentos de saúde, quais atendimentos são esses que ele tem, a Neiva já mencionou. Ele tem bastante atendimento, né? Sim, fono, odonto, psiquiatria, o encaminhamento do PIA e a comprovação de orientação de contenção. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Gente, é isso? Então tá. Mais algum assunto? Não? Políticas. Não passamos Finanças.

COMISSÃO DE FINANÇAS:

961 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Gente, então é um processo do **BANCO DE**
 962 **ALIMENTOS**. O processo é o 22.0.000059378-1, o Projeto Pudim Nota 10, o certificado de
 963 captação é o 026/2022, e a Resolução 141/2022. Ela venceu no dia 31 de dezembro de 2024.
 964 Então, a OSC encaminha ofício com data de 20 de abril de 2026, solicitando transferência de
 965 recursos remanescentes entre projetos, sob a justificativa de insuficiência de saldo do projeto
 966 de origem para a execução de um novo plano de trabalho. Trata-se de recurso vinculado ao
 967 termo de fomento já assinado. A transação proposta compreende do Pudim Nota 10, no valor
 968 de R\$ 8.060,00, para o projeto Nutrindo o Amanhã, com certificado de vencimento de 30 de
 969 junho de 2026. Em análise ao solicitado pela OSC, nos termos da Resolução 150, a demanda
 970 solicitada fora do prazo conforme o artigo 4º, que estipula 180 dias. Isso quer dizer que a carta
 971 deles venceu em dezembro de 2024 e eles solicitaram quase 1 ano e meio depois. O ofício
 972 chegou em abril de 2026. Então, a partir da nossa resolução, o pedido foi indeferido. **Carolina**
 973 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 974 **(Topogigio) – Presidente:** Deixa eu só reconstituir de novo aí. Quando é que eles enviaram o
 975 ofício? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Dia 20 de abril de 2026. **Carolina Aguirre**
 976 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 977 **Presidente:** E a carta venceu? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Venceu no dia 31
 978 de dezembro de 2024. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 979 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** 31 de dezembro, e eles tinham 180 dias?
 980 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Isso, na verdade, passou 360 mais um pouco.
 981 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 982 **(Topogigio) – Presidente:** Quase 1 ano e meio. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:**
 983 Então, foi indeferido por causa do que está escrito na resolução, no artigo 4º da nossa resolução.
 984 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 985 **(Topogigio) – Presidente:** E aí lembrando, gente, bem claro. Resolução 150, ali artigo 4º, 180
 986 dias com justificativa ainda. Então, tem 180 dias para gastar e mais 180 dias para depois ainda
 987 requerer alguma coisa do projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 988 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então tá, alguma dúvida?
 989 Em votação? OK, **APROVADO POR UNANIMIDADE** o parecer da comissão. Vocês, é só
 990 esse? Políticas.

991 **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

992 **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência -**
 993 **Calábria:** Políticas fez uma reunião hoje pela manhã com a Comissão de Finanças para tratar
 994 de um projeto também do Banco de Alimentos. A gente entende que precisa construir um
 995 documento em conjunto para orientação melhor da OSC com relação ao projeto que eles estão
 996 querendo aprovar para conseguir a carta de captação. Então, conversou sobre esse projeto,
 997 também nos reunimos com a OSC Instituto Unicred aqui presencial, onde a gente fez alguns
 998 apontamentos em relação ao projeto, junto com as técnicas Clarissa e a gente fez algumas
 999 orientações também para a OSC. E a gente também queria passar para votação em plenária um
 1000 outro projeto. Considerando o parecer técnico de orientação e consulta da CGM, a Comissão de
 1001 Políticas analisou o Projeto Alma Mater Bebê, e processo SEI 25.0.00004688-4, consiste no
 1002 atendimento ao público da primeira infância. Considerando os pontos citados, a OSC Alma
 1003 Mater realizou as seguintes alterações observadas abaixo, não havendo alteração do objeto da
 1004 parceria e não houve alterações na planilha financeira do projeto. As alterações foram nas
 1005 informações da OSC, como dados gerais, atualização do público-alvo atendido em outros
 1006 espaços de saúde, como Hospital Santa Casa e UBSs da cidade de Porto Alegre, a revisão das
 1007 metas do projeto, o ajuste do cronograma de atividades, a alteração do quadro resumo e a
 1008 substituição da função assessoria de comunicação que estava como serviços de terceiros para
 1009 analista de comunicação, que passou a ser do quadro CLT de colaboradores. Então, a Comissão
 1010 de Políticas analisou e é favorável ao projeto ajustado, e aí encaminhamos para plenária para
 1011 votação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 1012 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Então, em votação, favor quem é
 1013 favorável ao parecer da comissão. OK, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Algum outro?
 1014 Nada? Então, gente. é isso. Lembrando então, próxima quarta-feira nós não teremos plenária,
 1015 todos na PUC, vou passar a chamada. Vou falar lá no grupo! E se vocês puderem analisar algum
 1016 processo para a gente não ficar tão-tão, né, ou marcar visita, ou alguma coisa durante a semana,
 1017 o que é melhor, porque senão dia 13 a gente está recém começando de novo. Então, se tiver
 1018 visita já marca, se tiver reunião já marca, se tiver que analisar processo já faz, que aí a gente já
 1019 acelera algumas coisas também. Tá bom? Então tá, terminou.
 1020 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
 1021 da Criança e do Adolescente, às 16h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
 1022 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.